XI

Luta política

Propusemos que uma maneira bastante abrangente de pensar a organização política, e que serve aos propósitos de nossa teoria da prática comunista, é entender como político todo processo coletivo que coloca as lógicas da afinidade, propriedade e valor à serviço de um princípio, prática ou ideia que não é uma mera mistura desses três modos de organização mais gerais. Vimos que essa definição permanece aberta para diferentes orientações – podemos, afinal, reorganizar a vida social de maneira emancipatória, conservadora ou reacionária – mas que apenas a orientação emancipatória realmente enfrenta o impasse de precisar se estruturar coletivamente de maneiras que efetivamente estão em conflito ou tensão com nossa realidade atual. O que vamos fazer agora é tentar destrinchar um pouco como esse conflito pode se expressar em diferentes dimensões da luta política.

A ideia de luta política é relacional, ela nos obriga a considerar não apenas uma dada organização política, mas como ela interage com outras organizações e com seu ambiente de forma mais geral – isto é, com estruturas que se organizam de outra maneira e que, portanto, resistem a se integrar a processos políticos. Esse caráter relacional e conflitivo é o que torna mais intuitivo associar transformação política à luta do que à ideia de organização – que, para muita gente, parece uma coisa ensimesmada e afastada da razão de ser da política revolucionária. Mas, como já vimos, a teoria do ponto de vista organizacional não nos permite realmente separar essas duas dimensões: a maneira que as organizações políticas e seus ambientes sociais são compostos informa e condiciona quais tipos de lutas podem ser travadas e quais efeitos são capazes de produzir. A luta é, nesse sentido bem geral, algo como o choque e o ranger entre formas de organização diferentes, como placas tectônicas em um terremoto.

Quando abordamos a luta política por esse viés, podemos distinguir diferentes focos de luta possíveis. Como discutiremos no capítulo seguinte, a tipologia que apresentaremos agora poderia ser infinitamente expandida se considerarmos também os modos específicos de organização de cada luta. Porém, utilizando apenas as três dimensões organizacionais que estamos trabalhando – composição, interação e percepção – e as três orientações políticas que introduzimos acima – emancipatória, conservadora e reacionária – já é possível apresentar um panorama bastante diverso de conflitos organizacionais que merecem ser qualificados como focos potenciais de luta revolucionária.

Na realidade concreta – só apreensível de fato através da investigação – essas formas se misturam de diferentes maneiras, então ofereceremos aqui apenas um sobrevoo esquemático. Para isso, vamos dividir o processo político em tipos gerais de confronto: o confronto entre a política emancipatória e organizações conservadoras e, em seguida, entre a política emancipatória e a reacionária. Em ambos os casos, o que nos interessa é analisar alguns dos pontos possíveis de conflito entre a organização política e o mundo social em que se insere – e eles são pelo menos três, como já é de se esperar à essa altura: o campo da composição, da interação e da percepção.

A luta pela composição

Consideremos, então, a luta entre um processo de organização política e as outras formas de organização social nas quais estão inseridos seus próprios membros e militantes. Um exemplo importante desse tipo de conflito, que mencionamos inclusive em um capítulo anterior, é a tensão entre o trabalho e a política: o primeiro garante a sobrevivência, os vínculos de afeto e amizade, alguma estabilidade imediata, enquanto a vida política traz novas incumbências, novas relações sociais, novos custos de tempo, energia e dinheiro – e às vezes bastante risco pessoal. Trata-se de um conflito entre a reprodução da vida e a produção da luta que é muitas vezes invisibilizado pois se apresenta inicialmente como uma espécie de "inércia", uma resistência quase automática que enfrentamos pelo simples fato de

tentarmos nos reunir e nos relacionar de maneiras que vão contra a correnteza das dinâmicas sociais vigentes. Ou seja, uma luta entre a emancipação e forças conservadoras.

A auto-organização coletiva é certamente a única maneira efetiva que o proletariado tem de acumular forças e poder, mas novas formas de organização política muitas vezes aumentam as contradições da vida, antes de serem capazes de encaminhá-las e transformá-las. A simples redistribuição de responsabilidades mais igualitária em um grupo, a princípio algo politicamente desejável, pode criar angústias e conflitos, pois nos obriga a sustentarmos uma tensão entre como nos comportamos no resto de nossas vidas e como agimos enquanto organização. Como mencionamos, essa inércia pode se expressar também em termos econômicos: é claro que a organização política não pode ser determinada exclusivamente por cálculos de trabalho e valor, mas ao submeter essas questões a outros princípios, muitas vezes desconsideramos o custo de tempo, dinheiro e trabalho que a militância coloca sobre as pessoas, por vezes inviabilizando sua participação nos coletivos e reforçando a impressão de que soluções individuais acomodarão melhor as restrições de cada um.

Existem muitos caminhos táticos e estratégicos para travar esse tipo de luta. Alguns processos políticos conseguem tratar esse conflito organizando pessoas cujas vidas as “empurram” para a política por necessidade, por exemplo quando a organização coletiva consegue garantir mais proteção contra a polícia para camelôs, ou uma moradia imediata em uma ocupação urbana. São situações em que a vida das pessoas está em tal situação de instabilidade que a própria luta política consegue oferecer, de pronto, mais ordenamento e segurança. Outros movimentos fazem o melhor que podem para incluir a própria reprodução da vida social dentro do processo político, centrando a estratégia de luta na tomada da terra e na capacidade de construir formas de organização autônoma para a alimentação, moradia e vínculos sociais duradouros. Outros ainda evitam esse conflito – intencionalmente ou não – ao restringir suas maneiras de se organizar coletivamente àquelas que são mais compatíveis com a vida social de seus

militantes, reduzindo a necessidade de enfrentar esse conflito de composição de forma direta.

Mas essa não é a única luta que se trava no campo da composição das organizações. Pois além das formas de organização conservadoras – que resistem à reorganização política dos militantes através das pressões da economia, do apelo às leis e aos valores comunitários e culturais – é muitas vezes necessário lidar também com as tensões com o reacionarismo dentro das organizações emancipatórias.

Aqui, não se trata de falar de informantes, sabotagens ou quaisquer ações de terceiros contra um processo político – tudo isso diz respeito à interação entre organizações diferentes, afinal, espiões se organizam de maneira diversa que militantes! O confronto com o reacionarismo no campo da composição concerne às tensões criadas no interior de uma mesma organização, isto é, tensões entre diferentes formas de se organizar das mesmas pessoas. E, como vimos, o reacionarismo é definido acima de tudo pelo processo de eleger algo já bem conhecido, uma parte concreta da realidade, e elevá-la ao estatuto de princípio de transformação política geral, às custas de tudo aquilo que ficar de fora desse modelo reduzido da vida social. O processo emancipatório, por outro lado, extrai suas ideias da realidade material, o que torna seus princípios políticos capazes de orientar uma transformação do mundo social rumo a algo novo, ao mesmo tempo em que faz dessas ideias algo mais frágil e difícil de justificar ou explicar completamente.

Esse paradoxo específico das formas de organização emancipatórias – a necessidade de apontar um novo caminho coletivo, mas sob condição de depender de formas sem reconhecimento social garantido – é também uma fonte de conflitos internos com o reacionarismo. Nos momentos em que um processo político perde os meios de sustentar essa abertura criativa, ligada à sua realidade material, duas opções se apresentam. A primeira possibilidade é se apoiar no conservadorismo, nas regras, leis e princípios que já regem a sociedade, mas perde

assim o caráter explicitamente político. É quando, sem saber como nossos princípios revolucionários se relacionam com uma dada situação, decidimos tratar um caso de furto na organização como um problema legal comum, por exemplo. Para tratar como "caso de polícia" não precisamos inventar nada, basta nos apoiar no que já está vigente socialmente.

A segunda opção, mais reacionária, envolve um procedimento diferente, muitas vezes escolhido justamente para evitar admitir que, nesse ponto em particular, não temos meios de reorganizar a vida social. Trata-se da emulação da lógica do conflito político, mas deslocada: ao invés de inventar novos meios de lidar com o problema ou a situação, selecionamos pessoas, grupos ou modelos já estabelecidos para determinar o que se passa e o que fazer. É quando o poder da reputação, da autoridade intelectual, ou da disponibilidade garantida pelos meios econômicos de alguém em particular tomam a frente da orientação política coletiva – continuamos agindo à margem do mundo social, e, portanto, não parecemos conservadores, mas na prática cedemos o poder de reorganização social para um grupo ou pessoa em particular, o que define a operação reacionária, como definimos no capítulo anterior. Essa segunda opção envolve substituir a abertura para algo novo e desconhecido por algo já estabelecido e parcial, o que mutila a composição dessa organização – e pode levar a expulsões, punições, rachas, acusações de toda sorte – mas tem o benefício para a identidade dos militantes de emular a forma do conflito político, pois preserva uma tensão com o mundo social. Não deixa, por isso, de ser uma solução reacionária.

A luta pela interação

A segunda dimensão onde a luta se dá é também a mais reconhecível – o campo da interação. Em geral, quando falamos de luta política pensamos imediatamente em algum tipo de confronto entre grupos ou forças distintas – e, não à toa, é para descrever as interações entre organizações políticas e forças reacionárias que utilizamos conceitos da guerra e da estratégia militar, de forma literal ou metafórica. Mas antes de discutir esse tipo de luta, precisamos considerar um outro tipo de

intervenção política: aquela que não interage com forças políticas contrárias, mas com organizações conservadoras. Diferente do caso anterior, não estamos falando da pressão que a vida social no capitalismo exerce sobre os militantes políticos, mas das interações entre as organizações militantes e seu meio social em geral.

A luta pela transformação das estruturas sociais vigentes – isso é quase a própria definição da política emancipatória – e a intervenção sobre nosso ambiente social pode tomar as formas mais diversas: atividades de formação e conversa, protestos, petições, demonstrações, barricadas, marchas, fomento e apoio a outras organizações dos trabalhadores, criação e manutenção de cozinhas, campanhas, denúncias, intervenções artísticas, propaganda, publicações… No entanto, do ponto de vista organizacional, essas ações não são inerentemente políticas – o que as torna políticas é o fato de se submeterem a princípios que excedem a lógica da afinidade, da propriedade e do valor e, portanto, produzirem consequências que levam o mundo a se reorganizar de uma nova maneira.

Essa dimensão mais tradicional da luta contra a conservação do mundo é acompanhada por outra, menos visível. Afinal, todo vínculo, recurso material e esforço humano mobilizado por uma organização política a partir do seu ambiente – seja sua interação com o proprietário de sua sede alugada, com os boletos que chegam no fim do mês, com custos de impressão e combustível, com vizinhos, com o mercado, o crime, as leis, instituições etc. – também faz parte desse mesmo campo de luta, onde a resistência conservadora confronta nossas formas de organização. Trata-se de um outro aspecto crucial da luta, pois quanto mais frágil é nossa organização – quanto maior nossa dependência de outros processos comunitários, econômicos ou legais – maior a pressão que o mundo social fará para que suas próprias estruturas dominem também as formas políticas da organização emancipatória. A necessidade de pagar viagens de militantes – para fins efetivamente políticos – pode levar uma organização a priorizar a disputa por um fundo partidário – e com isso acabar privilegiando questões do campo da propriedade ou da mercadoria sobre seus próprios objetivos estratégicos. A luta

pela transformação do mundo é acompanhada, assim, pela luta contra sermos transformados pelo mundo.

De certa maneira, a luta contra as forças conservadoras é onde a organização política encosta mais diretamente nas estruturas do mundo capitalista: é onde sentimos os efeitos não tanto das jogadas e estratégias de nossos adversários, mas do próprio fato de jogarmos a partida "fora de casa", em um terreno hostil. Acontece que essa dimensão se confunde, e muitas vezes é obscurecida, pela presença de forças explicitamente reacionárias. A luta política como confronto com o reacionarismo envolve forças que visam não apenas resistir à transformação emancipatória, mas imprimir outro tipo de transformação, redutora e mutiladora – e visam submeter inclusive, e principalmente, as organizações emancipatórias a esse processo destrutivo. Afinal, se tem uma coisa que um reacionário pode acusar de estar "fora de lugar" no mundo são as organizações políticas que lutam por algo que ainda não existe.

Na maior parte das vezes, são as próprias organizações conservadoras que se transformam em forças reacionárias quando confrontadas por organizações políticas emancipatórias. Isto porque mesmo que o conservador queria manter o mundo como está, esse mundo que ele quer manter normalmente não inclui pessoas tentando transformá-lo. A polícia é certamente a primeira das forças supostamente conservadoras que é afetada pela presença de ações políticas – e os métodos reacionários que normalmente utilizam mais dedicadamente à preservação da supremacia branca de repente se tornam modelos mais abrangentes de contenção de militantes e organizações. Mas esse processo reativo também impacta pessoas e outras instituições, basta ser possível identificar quem está atrapalhando a ordem. Na presença de uma força política transformadora, o próprio mercado rapidamente se revela um campo político, deixando de lado as roupagens do livre fluxo de mercadorias e se tornando um instrumento de embargos e guerras comerciais quando necessário.

A luta política contra o reacionarismo é a mais difícil, pois acumula os impasses da transformação de estruturas conservadoras ao ataque deliberado contra o campo emancipatório – é como jogar contra um time mais forte em um terreno em declive que tende contra nós. E coloca uma questão singular, crucial para a luta política, que é entender o que significa, em um contexto político determinado, uma vitória emancipatória contra forças reacionárias: significa destruir suas organizações, efetivamente eliminando a existência desses grupos e ideias, ou esvaziar seu apoio social e político, tornando esse processo reacionário ineficaz? Por ser uma força política que "particulariza" a realidade social, o reacionarismo se oferece como um alvo concreto e menos estrutural – o que pode dificultar a análise tática do que seria um combate eficaz em longo prazo.

Nesse sentido, além dos perigos que traz – pois transforma militantes em alvos de diferentes tipos de silenciamento, demissão, prisão, ostracismo, assassinato etc. – a luta que intervém contra o reacionarismo enfrenta uma "tentação" adicional. Por ser um tipo de reorganização política da vida social orientada pelo particular, o que leva a demandar a destruição de alguma outra parte do mundo, que atrapalha os interesses desse grupo específico, as forças reacionárias abrem a possibilidade de também reduzirmos a luta política emancipatória à própria preservação do mundo, à evitação do "mal maior". Há aqui o risco de a luta contra um inimigo acabar por substituir o princípio político emancipatório – a luta a favor de outra forma de vida – por outra direção, oferecendo uma direção muito mais clara e simples para nossas lutas, a despeito de abandonarmos assim um horizonte de transformação mais profundo e real.

A luta pela percepção

Quando discutimos o problema dos ambientes sociais e políticos, alguns capítulos atrás, falamos um pouco sobre o conflito de perspectivas que emerge quando duas organizações são enraizadas em fragmentos sociais muito diferentes. Àquela altura não tínhamos nossa teoria dos modos de organização ou nossa definição da periferização como um processo de desalinhamento desses modos, mas

certamente poderíamos utilizar essas ideias, junto com nossa teoria da organização como um ponto de vista, para entender melhor por que esse tipo de divergência de perspectivas acontece cada vez mais. E, como vimos, não estamos falando de divergência de opinião ou de ideologia política, mas de diferenças grandes o suficiente no modo como o terreno social é organizado em diferentes lugares para justificar e influir na produção de lutas e organizações políticas até mesmo incompatíveis entre si.

É importante relembrar essa dimensão pois ela está no centro da principal forma de disputa que ocorre nos ambientes das organizações políticas e que dependem da percepção política: o trabalho de base. O trabalho de base pode tomar as mais variadas formas e, por mais que estejamos acostumados a pensar que só as classes mais populares qualificam como base de um movimento, pode também criar bases muito diferentes. A base de um parlamentar é seu eleitorado fiel, a base de um movimento estudantil são os estudantes – e tanto o eleitorado quanto os estudantes podem não ser tão "populares" assim. Pensando desse modo, vemos que muitas organizações revolucionárias não sofrem tanto de falta de base, quanto de uma composição particular de suas bases, o que não é a mesma coisa.

Em termos organizacionais, podemos definir a base da seguinte maneira: a base de uma organização ou movimento é aquela parte de seu ambiente para a qual faz diferença prática a organização em questão ser política. Seja porque as ações do movimento fazem uma diferença para aquelas pessoas no campo do valor, da propriedade ou da afinidade, ou em todos os níveis ao mesmo tempo: do ponto de vista da base, as ações políticas da organização contam e fazem diferença efetiva na vida. Isso pode aparecer de muitas maneiras, para além do voto e da abertura para participar de atividades e chamamentos: movimentos clandestinos podem ser acobertados e escondidos no meio do povo, redes econômicas podem ser criadas e condições de compra e venda facilitadas para permitir a criação de cozinhas solidárias, organizações podem ser acolhidas por comunidades e povos distintos etc. O que há de comum na formação de uma base é o fomento de práticas que facilitam o reconhecimento e a interação com o que a organização tem de político –

isto é, aquilo que, em sua organização, excede a afinidade, a propriedade e o valor. Se a organização política só faz diferença para seu ambiente em termos similares a qualquer outra organização – digamos, porque vende produtos em uma feira, como qualquer outro comércio – não consideramos esse vínculo como constituindo a base dessa organização. Retornaremos a essa ideia de base em um capítulo posterior.

O trabalho de base é um tipo de luta diferente do conflito que se trava através de intervenções: não se trata apenas de transformar a realidade social, mas de mudar o modo como a realidade social vê a si mesma e à própria luta. O famoso tema da "consciência de classe", um dos efeitos desejados do trabalho de base, aponta para esse esforço especial de transformar não apenas como o mundo é organizado, mas a perspectiva de outras pessoas e grupos sobre o mundo e a luta emancipatória. Em nossa concepção, no entanto, esse efeito não é uma questão de convencimento, de esclarecimento ou de educação propriamente dita, ainda que esses possam ser efeitos importantes: se trata, acima de tudo, de criar condições para que seja materialmente viável e oportuno mais pessoas se engajarem, como puderem, com as lutas emancipatórias – é alterando o ambiente e tornando a interação com a política revolucionária algo benéfico e interessante para os demais que se tem, como efeito, a produção de pontos de vista que também reconhecem o valor dessa luta. Parafraseando Marx, poderíamos dizer que é a mudança no ser social da classe que altera a consciência social da classe.

Existem duas maneiras de o trabalho de base encontrar resistência e dificuldades. Onde a luta emancipatória esbarra no conservadorismo de seu ambiente, o embate central é sobre a realidade ou não dos princípios políticos, quando comparados à dureza da vida social. Como podemos saber, afinal, que o componente político de um dado movimento não é pura fachada para, no fundo, reforçar os ganhos de status, controle ou dinheiro para alguns? A legitimidade da organização política está em jogo: ela seria mesmo guiada por um princípio diferente, ou seria apenas mais um grupo de oportunistas ou de idealistas perdidos? Como falamos, essa luta pela percepção da política emancipatória não se dá intelectualmente, mas como

consequência de práticas onde faz diferença a existência daquele grupo político e seus princípios.

A luta contra maneiras conservadoras de ver e interpretar os processos políticos depende profundamente das condições sociais daquele ambiente. Se a sobrevivência das pessoas só for viável com cada um se atendo estritamente ao modo como tudo já está organizado, é muito pequena a chance de criarmos qualquer nova base política, pois o engajamento político torna tudo arriscado e ainda mais precário. Mas essas condições para a formação da base são ainda mais cruciais quando são disputadas por organizações reacionárias.

Nesse caso, o reacionarismo dificulta ativamente a criação das condições para a experiência de novas relações e formas de organização que poderiam levar à formação de uma base política emancipatória – como com o estabelecimento de novas regras de isolamento entre trabalhadores em uma empresa, o fomento de um clima de suspeita e ameaça de demissões ou a oferta de benefícios para quem faça delações. Tornar a traição, a desistência, a delação e a violência formas de facilitar a vida social são algumas das maneiras como o reacionarismo transforma o ambiente social de acordo com seus ideais políticos destrutivos. O reacionarismo também afeta esse processo quando consegue transformar a assimetria profunda entre a política reacionária e emancipatória em uma competição entre dois ideais políticos de mesma qualidade, como se lutar pela transformação do mundo e lutar pela supremacia de um pedaço do mundo atual fossem a mesma coisa. É o que acontece muitas vezes no processo eleitoral, quando a diferença entre esquerda e direita é reduzida à diferença entre dois candidatos disputando pessoas a partir do carisma e de acusações mútuas – mas também acontece muito no campo da comunicação de massas, quando campanhas de esquerda visam “aprender com a direita” como se apresentar e disputar ideias. Quando isso acontece, organizações políticas radicais podem até continuar a criar adeptos, mas não conseguem mais formar bases efetivas.